

DEMOCRACIA, ESTADO E ASSOCIATIVISMO NO BAIRRO DO IBURA, RECIFE-PE (1978-1988)

Allan Cavalcante LUNA*

Introdução

Neste artigo serão discutidas algumas questões referentes à problemática da relação entre os movimentos sociais e o Estado, especificamente dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) eclodidos em boa parte das periferias das grandes cidades latino-americanas em meados da década de 70 do século passado.

Na tentativa de realização de um debate acerca da natureza sociológica desses Novos Movimentos Sociais (NMS), buscar-se-á compreender como se desenvolveram e dentro de qual contexto socioeconômico estiveram inseridos; como ou pelo que se mobilizaram e o que os unia identitariamente em termos de classe social; o que os distanciava ou os aproximava de outros movimentos sociais, e de que maneira se davam as suas formas de organização e atuação; e, sobretudo, como dialogaram estes NMS com o Estado, seu interlocutor mais ou menos direto, que, como será possível visualizar mais adiante, no decorrer do texto, mostrou-se ser esta uma relação ambígua, ora de enfrentamentos e/ou críticas, ora de aproximações e/ou alianças.

Dentro desse quadro, pretende-se discutir, especificamente, a atuação do Movimento Popular de Bairro (MPB) (re)organizado no Recife no período de desmantelamento da máquina estatal montada pela ditadura militar em 1964, durante a abertura política e em meio aos embates em torno da redemocratização, bem como as ações, as respostas e as propostas de alguns diferentes modos de gestão da prefeitura para com esses novos atores sociais.

Nesse contexto de reafirmação do debate político no seio da sociedade civil, exilado durante os anos mais obscuros do regime militar, as Associações de Moradores (AM) assumem esse papel, dentro do MPB, nas periferias das grandes cidades e começam a se reorganizar em volta dos problemas estruturais enfrentados cotidianamente pelos moradores de alguns bairros populares.

Em Recife, algumas AM pré-existiam ao golpe, como as de Casa Amarela e Mustardinha - bairros de antiga tradição de movimentos populares – e, sendo assim, sofreram intervenção imediata com regime instaurado em 64. Diferentemente, em bairros construídos após o golpe, como é o caso do Ibura, as AM foram arquitetadas concomitantemente às construções das comunidades e prontamente colocadas sob a condução de dirigentes ligados aos órgãos oficiais, sendo normalmente pessoas da COHAB - órgão responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais populares no bairro, as Unidades Residenciais (UR), para abrigar a população socioeconomicamente mais vulnerável da cidade, provenientes de alagados, áreas não urbanizadas, ocupações irregulares, ou por vezes atingidas por intempéries como a grande cheia de 1975.¹

* Bolsista CNPq / Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: allanluna01@hotmail.com

¹ As vilas construídas faziam parte do Plano Nacional de Habitação, e contavam com recursos do Banco Nacional de Habitação, oriundos do fundo de poupança forçada, criado através do FGTS. Eram construídas por grandes empreiteiras contratadas pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE) que recebiam o recurso repassado pelo governo federal. As chamadas Unidades Residenciais eram grandes conjuntos habitacionais populares, incentivados pelo governo, que na sua maioria não se integravam à cidade, situando-se longe

É durante o mandato do então prefeito biônico Gustavo Krause² (1978-1982) que se reatualiza a tentativa de aproximação do poder público municipal junto às organizações de poder local das comunidades, já que ainda antes do golpe, durante a gestão municipal de Pelópidas Silveira no Recife, foram desenvolvidas algumas políticas no sentido de se administrar a cidade juntamente com as AM existentes, bem como foram pensadas a criação de outras entidades, em bairros onde essas não existissem.³

Entretanto, é durante a campanha eleitoral de 1985 e durante a gestão de Jarbas Vasconcelos na prefeitura do Recife (1986-1988) que esse tema encontra seu ápice e se torna programa oficial de governo, propaganda central do ‘novo e diferenciado modelo’ de democracia, e alvo de profundo interesse e debate social, como demonstra a imprensa do período. A extensão da participação social às classes populares, possibilitada pela reforma e ampliação da democracia, através da descentralização administrativa, aparece como o grande trunfo na resolução dos problemas das comunidades, já que agora podiam ser reivindicados diretamente ao prefeito ou ao seu secretariado. Era o entusiasmo com a nova democracia, quando esta se torna um importante valor disseminado socialmente, basilar na organização social do porvir, após os 20 anos de fechamento político e isolamento a que foram postos os movimentos sociais. Contudo, esse mecanismo discursivo de ampliação da cidadania, utilizado politicamente no período, bem como o apoio político-eleitoral do MPB a candidatos portadores da retórica democrática, por vezes é entendido como provocador de imobilismo social. Como se verá, entretanto, as AM e suas Federações continuariam com uma postura de resistência e cobrança, mesmo nesse momento inicial do pacto, ou da aliança, entre movimento social e Estado.

Na primeira parte do artigo serão discutidos alguns elementos teóricos presentes nos estudos dos autores que alicerçam o debate dos NMS. Posteriormente será narrado o momento de surgimento desses movimentos no Recife e seu embate mais direto com o Estado autoritário. Em seguida, o debate será dividido em dois momentos: primeiro, serão seguidas as trilhas das estratégias discursivas utilizadas na campanha de Jarbas Vasconcelos à prefeitura, durante a tentativa de construção de uma imagem de governante popular; depois será discutido como se deu a relação do MPB com esse novo modelo de gestão participativa. E por fim, uma discussão sobre os rumos que este movimento popular tomou no Recife, após a consolidação da democracia e após a execução de projetos que cada vez mais os absorveram para a esfera estatal.

1. Discutindo os Novos Movimentos Sociais (NMS): os Movimentos Sociais Urbanos (MSU)

Durante os anos 70 e 80 do século do passado, eclodiram algumas análises sobre os então denominados de Novos Movimentos Sociais. As concepções acerca desse fenômeno histórico não são, de fato, homogêneas. São amplos e diversos os paradigmas interpretativos a seu respeito, sendo as principais análises de autores marxistas, culturalistas, e acionalistas⁴.

dos centros urbanos e sem serviços básicos infraestruturais para a população como saneamento básico, transporte coletivo, postos de saúde, escolas etc. A UR-01 foi a primeira Unidade Residencial construída nos até então desertos morros da região sudoeste da cidade, em 1966. Cabe destacar que, para o IBGE, o termo “Ibura” designa apenas o que corresponde à área do Ibura de Baixo. Sendo a ocupação nos morros denominada, em seus estudos e mapeamentos, de COHAB. Neste trabalho, entretanto, será privilegiada a práxis lingüística e comunicativa da população, que conhece o seu bairro culturalmente, como Ibura, (o conjunto das várias Unidades Residenciais e as outras comunidades nos seus interstícios localizadas nos morros a sudoeste do Recife).

² Krause foi nomeado prefeito pelo então governador pela Arena Marco Maciel, indicado pela presidência em 1974.

³ Sobre o debate acerca do papel desempenhado pelas Associações de Moradores durante a prefeitura de Pelópidas Silveira ver: JACOUD (1990); CÉZAR (1985) e SOARES (1982)

⁴ Para mais detalhes sobre esses paradigmas de análises dos NMS ver **GOHN (1997) e MONTAÑO; DURIGUETTO (2010).**

Cabe questionar: em que se mostram novos esses movimentos? Porque são assim classificados? Em que se distanciam dos movimentos sociais tidos como clássicos? Quem são os seus atores? De que forma se organizam? Quais são seus interesses? O que e como reivindicam?

Uma primeira ressalva a fazer dentro desse debate de conceituação dos novos movimentos, é o perigo de tratá-los uniformemente, utilizando apenas a categoria 'tempo' para a caracterização desses movimentos. Ou seja, o movimento seria enxergado como novo por apenas existir dentro dessa temporalidade. Um período cronológico que englobe todos os movimentos sociais dentro da marca do 'novo', deixaria de perceber as práticas, discursos e ações desses movimentos (que o irão diferenciá-los de outros), bem como as especificidades de vários movimentos, então fora dessa lógica.

Os NMS se constroem identitariamente com a marca da diferenciação para com os outros movimentos sociais enxergados como velhos e ortodoxos, a saber, o movimento operário clássico, e seus organismos representativos, sindicatos e partidos políticos. Surgem no contexto da crise do socialismo real e da esquerda estalinista no mundo, e mostram-se mais inclinados a demandas sociais, de liberdade, de autonomia e de cidadania, do pós-68, ou seja, são incorporadas outras questões aos movimentos, para além das que envolvem a contradição capital/trabalho, tais como questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, ecologia etc.

Todavia, é preciso destacar que, se enquanto na Europa estes movimentos emergiram dentro da conjuntura de elevado crescimento econômico do *welfare state*, onde os países conseguiram atingir altos índices de emprego possibilitando à população um elevado nível consumo das riquezas sociais - e talvez por isso, a questão trabalhista tenha deixado de estar presente, ou pelo menos deixada de ser central - no Brasil, bem como na América Latina, estes NMS surgem enquanto movimentos de classes populares urbanas, reivindicando mudanças nas suas difíceis condições de sujeição econômica e opressão sociopolítica e cultural, através das CEB's, das AM, dos movimentos de favelados ou de desempregados, do novo sindicalismo urbano etc.

No Brasil, portanto, se os NMS incorporam outros valores - como autonomia ao Estado e aos partidos, a lógica da contestação, a horizontalidade em suas organizações, a valorização das bases (movimentos de massa), e internalizam reivindicações de outras naturezas, agora não só feitas na esfera da produção, da fábrica, mas envolvendo elementos culturais e de identidade - não deixaram de ser perpassados por questões que estruturavam hierarquicamente a sociedade brasileira, especialmente a produção e distribuição desigual do espaço urbano das grandes cidades.

Sendo assim, dentro do debate entre as estruturas e as experiências vivenciadas pelos sujeitos em seu cotidiano, faz-se necessário uma análise que evidencie as articulações indissolúveis entre essas duas matizes explicativas, distanciando-se das dicotomias analíticas que, ora evidenciam o papel das redes no direcionamento e na determinação das ações sociais, negligenciando o papel criativo e autônomo desses novos personagens, e ora superestimam essa autonomia do sujeito, em detrimento das análises mais sistêmicas e da influência das estruturas nas elaborações culturais dos sujeitos e nas representações construídas pelos indivíduos. Como bem coloca Eder Sader:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas [...] E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então, coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais [...] Com efeito, uma revalorização dos sujeitos sociais, pensados como 'senhores de suas ações', constituiu um movimento intelectual de oposição ao 'objetivismo' preexistente. Mas seguir essa trajetória seria manter uma falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas (SADER, 1988: 44-45).

Assim, são revistas as concepções que enxergam a classe apenas como resultado de uma organização social de produção, ou seja, pelo local estruturalmente dado que ocupa o sujeito. Thompson (1987) é um dos autores que evidenciam a necessidade de se enxergar, na formação da classe, a ação central das experiências e vivências dos indivíduos, que elaboram simbolicamente suas demandas, interpretando suas situações e construindo um sentido, com base em seus valores e sentimentos, que será compartilhado pela classe em formação, como enfatiza Gonh:

O aspecto mais relevante da obra de Thompson é que ele vê as classes como um processo em formação. É a luta que as forma. Não se ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais, porém sem um poder de determinação exclusivo e final. A classe se constrói na luta, e daí a importância do conceito de experiência (GONH, 1997: 204).

Dessa forma a aparente heterogeneidade dos MSU, especialmente no MPB, é substituída pela homogeneização - dentro de um conceito de classe revisitado historiograficamente - de sujeitos que partilham determinadas necessidades, elaboradas culturalmente, bem como visões e valores próprios e projetos autônomos de sociedade.

Por vezes, os movimentos que eram enquadrados na categoria de reprodução social, como o MPB, por reivindicarem questões não ligadas imediatamente ao mundo da fábrica, eram tidos como imaturos politicamente, pré-políticos, ou mesmo reformistas e imediatistas em seus objetivos. É preciso fazer duas ressalvas em relação a essa ideia. Primeiro, é importante mencionar que as esferas de produção e reprodução/consumo social são por assaz interligadas para serem separadas e/ou hierarquizadas, mesmo que para fins analíticos. Segundo, essa concepção tende a pré-conceber, teoricamente, o potencial político do movimento de bairro pelo seu lugar social, que estaria centrado na esfera do consumo e não do trabalho. Ou seja, o movimento operário seria o sujeito coletivo capaz das 'reais transformações' sociais, pelo seu lugar central na produção do capitalismo, através da atuação do sindicato e dos partidos de esquerda. Todavia, como nos diz Evers:

Não se podem pré-estabelecer de modo abstrato os limites de processos de organização em tais formas organizacionais. Seu potencial político depende primordialmente dos interesses que em cada situação concreta nelas convergem, e da experiência vivida durante o processo de confrontação (EVERS, MULLER-PLANTENBERG; SPESSART, 1985: 114).

2. De costas para o Estado: o (res)surgimento dos Movimentos Populares Urbanos

As organizações de moradores em bairros periféricos no Recife começam a se constituir ainda na primeira metade do século passado, nos anos 30, em bairros como Afogados. No entanto, nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 64, já detinham influência política o bastante, no cenário local, para irritar os vereadores da cidade, que achavam estar perdendo espaço nas suas mediações entre a população dos bairros e executivo municipal, como demonstra essa reportagem do Diário da Noite sobre uma discussão na Assembleia Legislativa:

O senhor Miguel Arraes contestou [o caráter comunistas dessas associações] e adiantou que se Vieira de Menezes [então vice-prefeito] frequentasse as

reuniões mudaria de opinião, ao que Vieira reage levando as mãos ao peito e exclamando: “Deus me livre! Vade retro, satan!”⁵

Percebe-se, que no entendimento de alguns membros desse legislativo, na medida em que a gestão de Pelópidas Silveira aproxima-se das AM existentes, e até mesmo cria novas e elabora seus estatutos, a Câmara estaria perdendo sua função política vital de representatividade, especialmente de determinada população alocada num bairro onde um vereador tivesse um forte colégio eleitoral. Além disso, vê-se a tentativa de elaboração de um discurso que deslegitima as AM, na medida em que se usa o argumento de infiltração comunista do PCB nesses espaços, o que resultaria algumas vezes, inclusive, na atuação repressora da Secretaria de Segurança Pública, que “*reage às associações fazendo intimidações a líderes do movimento e apreendendo material supostamente subversivo*” (CEZAR,1985:169).

Como é possível perceber, o fenômeno das AM não seria nem um pouco novo no Recife. O “novo”, desses movimentos sociais que apontam no cenário local em meados da década de 70, e dentro do qual estão inseridas as AM, se faz *sentir*, sobretudo, pelo clima de liberação em relação ao Estado autoritário, com seus discursos proibitivos e suas práticas repressoras, implantados em 1964. Respirava-se algo novo, mas em relação à ditadura, e, a saber, essencialmente militar, haja vista não se mencionar ainda, no período, o termo em voga na atualidade - após algumas relevantes pesquisas historiográficas - *ditadura civil-militar*. E sendo assim, emergem com a marca de autonomia da sociedade civil a este Estado militarizado.

É dentro desse momento histórico, bastante peculiar e distanciado do período anterior ao golpe, e especialmente durante a administração municipal de Gustavo Krause, que é retomado e reelaborado o projeto de aproximação entre o poder público, representando os interesses do Estado, e as AM, representando os novos sujeitos que emergem no período da abertura, o movimento popular.

É possível enxergar essa tentativa reaproximação durante o mandato de Gustavo Krause através do Plano de Desenvolvimento do Recife, instituído pela Lei 14.110, de 28 de dezembro de 1979. Nela aparecem preocupações específicas em relação às áreas onde reside a população pobre da cidade, bem como pela primeira vez, desde o início do regime civil-militar, a questão da participação política desses setores é levantada. No inciso III do artigo 3º, a lei que institui o plano diz:

ART 3º - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RECIFE OBEDECERÁ AOS SEGUINTE CRITÉRIOS: III - Tratamento especial aos aglomerados pobres, visando obter sua reabilitação progressiva, através da implementação de projetos sociais, realizados com a participação ativa das comunidades interessadas⁶.

Com o plano para 1980-1983, o Estado reconhece a existência de divisões econômico-sociais que segmentam a cidade, e que a ocupação do espaço urbano é realizada de forma desigual. Sendo assim, não mais concebendo a cidade de forma totalizante, e afirmando a existência do contraditório, o então prefeito se propõe a “*buscar a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda*”⁷.

Entretanto, não se deve compreender este projeto como resultado, simplesmente, de valorativas tendências humanistas, ou pelo menos como sendo isento de interesses políticos. Gustavo Krause estava dentro de uma rede, e como tal, com ela detinha interesses e se relacionava mutuamente.

Dessa forma, esses mecanismos discursivos de afirmação da participação popular são também respostas às crescentes e constantes mobilizações e pressões sociais realizadas pelo MPB

⁵ Diário da Noite, 29/05/1956, citado por CEZAR, 1985:169.

⁶ Prefeitura da Cidade do Recife. **Plano de desenvolvimento**. Recife: PCR, 1980.

⁷ Trecho do discurso de posse Gustavo Krause, citado em ETAPAS, 1988: 17.

na cidade. Sendo assim, num período de desmantelamento político e de crise econômica - onde o Estado começa a perder a forte adesão e o elevado grau de legitimidade que conseguira no tempo do milagre, haja vista a drástica derrota da Arena nas eleições de 74 para o MDB - fez-se necessário uma massiva política de incentivo às AM. Obviamente, estas seriam dirigidas por pessoas diretamente ligadas aos órgãos oficiais como a COHAB (no caso das novas associações construídas concomitantemente aos novos conjuntos habitacionais) ou controladas através de forte apoio político-eleitoral de toda uma rede, a pessoas indicadas e ligadas aos interesses do Estado (onde já houvesse as entidades consolidadas e eleições para sua diretoria). Este curioso caso, na AM da UR-02 no Ibura, pode ser ilustrativo dessa política:

“FACA CEGA” ELEITO PRESIDENTE DA UR-02: A Associação de Moradores da UR-02 no Ibura tem o agente da SSP José Bernardo do Silva, o popular Faca Cega, como seu presidente, obtendo sua vitória por 365 votos contra apenas 8 da chapa 1, [...] foi apoiado pelo prefeito Gustavo Krause, pelo ex-presidente da COHAB e candidato a deputado federal José Jorge Vasconcelos, pelo delegado e candidato a deputado estadual, Ricardo Varjal, e pelo vereador Edmar de Lira Cavalcanti⁸.

Tal processo eleitoral para a diretoria da AM demonstra como foi expressiva e, ao mesmo tempo, alicerçada numa forte rede a vitória do candidato. Um agente da segurança pública, que fazia parte de um circuito de interesses hegemônicos que o envolvia e o apoiava, constituído pelo próprio prefeito, Krause, e por políticos e funcionários de importantes órgãos do Estado, constando nessa lista até mesmo um delegado. Portanto, vê-se claramente a retomada dessa política para com as AM, nunca outra perspectiva, especialmente quando se pensa nos programas implantados por Krause, como o *“Levante a Mão e Defenda seu Bairro”* ou o *“Um por todos”*, tão criticados pelo MPB. Tais projetos, bem como a criação dos chamados “Barracões”, pelos quais a prefeitura adentrava nos bairros com projetos de melhoria, prontos para serem executados, e advogava pelo trabalho gratuito dos moradores em mutirões de obras comunitárias, revelam uma linha de atuação assistencialista, com a concepção de uma AM voltada para objetivos não reivindicativos, como cuidados médicos, odontológicos, recreação, atividades lúdico-culturais etc.

É nesse período que quadros do MPB de Recife começam a se colocar a necessidade da autonomia do movimento em relação a este Estado. No Ibura, por exemplo, ainda em 1981, uma primeira vila de COHAB, no caso a UR-10, consegue eleger uma chapa de oposição para a diretoria de uma AM, formada por alguns militantes-moradores do PCdoB. Portanto, seria a primeira AM do Ibura a se tornar uma vila de oposição à política do regime. Em seguida viriam outras.

Já em 1982, por exemplo, é criada a Comissão de Lutas do Ibura (CLI), que congregava algumas dessas AM, especialmente após dois acontecimentos. Primeiro, um amplo debate com constantes mobilizações em torno da importância da não implantação de um aterro energético-sanitário nas proximidades da UR-10, pelos problemas de saúde, ecológicos e ambientais que ali possivelmente eclodiriam. Os debates e as manifestações foram realizados pelos moradores com o auxílio de algumas entidades e de importantes personagens da época. O episódio ficou conhecido como *“A Luta do Lixo”*. O outro acontecimento se refere às mobilizações pela demolição do que ficou conhecido como *“O Muro da Vergonha”*, evento no qual um grande proprietário residente da UR-01 cercou uma praça vizinha a sua casa, um espaço público privilegiado de convivência segundo a comunidade, e os moradores organizados pressionaram pela sua derrubada.

Percebe-se, portanto, que se constrói gradativamente um aglutinamento de forças consideráveis dentro do MPB no cenário político local, e no que se refere ao nível mais amplo de organização, este se desdobrará, por exemplo: na FEACA, em 1978; na FEMACOHAB, em

⁸ Jornal do Commercio 06/04/1982, **Prontuário 30360**: Associação de Moradores da UR-02 Ibura; Acervo: **DOPS-PE**; Fundo: SSP; APEJE-PE.

1980; na já citada CLI, em 1982; na *Assembleia dos Bairros*, 1984, posterior FEMEB em 1987, sendo esta federalização a maior e mais comemorada conquista organizacional do MPB do Recife da época; e em congressos nacionais de outros movimentos organizados que apoiavam as lutas nos bairros populares, como o encontro do MDF em Recife, também nesse período.⁹

Dentro da abertura política vivenciada, as AM retomam as suas ações de reivindicações e mobilizações durante as prefeituras biônicas de Gustavo Krause (1979-1982) e Joaquim Francisco (1983-1985)¹⁰, e passam então a confrontar-se diretamente com o Estado autoritário, a partir de grandes passeatas no centro da cidade, de comícios, de abaixo-assinados. É importante mencionar que essas mobilizações não só envolviam questões específicas de equipamentos e bens de consumo coletivo para o bairro - já que a população que habitava as periferias dos grandes centros, nesse período de crise, encontrava-se numa situação de bastante vulnerabilidade em termos socioeconômicos. Mas também, eram mobilizações diretamente ligadas a grandes temas discutidos na política nacional, como a anistia, as greves do ABC, a campanha das diretas, a eleições da Tancredo, bem como, no cenário local, mobilizações de apoio às greves locais que eclodiram no período, e especialmente a realização, por parte do MPB, de conflituosos movimentos pela redução das tarifas dos ônibus da Região Metropolitana do Recife, durante o governo de Roberto Magalhães.

Nesse momento autoritário, evidenciam-se no MPB: o combate ao imobilismo, as críticas ao atrelamento das entidades a partidos, e as exigências ao Estado, pensadas em nível de autonomia instrucional. Como se verá mais adiante, este quadro, em certa medida, mudará.

3. O mito do governante popular: elementos discursivos da construção de uma autoimagem

Durante a campanha para a eleição municipal em novembro de 1985 o discurso da participação volta definitivamente a ter centralidade durante os debates. Foi uma exasperada campanha, como mostram os jornais da época quase que cotidianamente, com grandes acusações, trocas de farpas entre os candidatos, e até com a presença de tropas federais para garantir a normalidade legal das eleições. É compreensível este clima, na medida em que no Recife não se realizava eleições municipais desde antes de 64. Já se vivia essa atmosfera nas prévias do PMDB, onde Sérgio Murilo foi o vencedor, frente a Jarbas Vasconcelos, retomando para o cenário local a Aliança Democrática (PMDB-PFL) reproduzida a nível nacional contra a candidatura de Maluf e pela eleição de Tancredo no colégio eleitoral.

É nesse instante em começa a tentativa de construção de uma imagem diferenciada e particular de Jarbas Vasconcelos, enquanto o candidato do povo, e não do regime oficial. A sua saída do PMDB, tatua neste partido a marca da continuidade da política oficial do regime em vigor, pela criticada aliança de Sérgio Murilo com antigos personagens do governo local ligados e indicados pelo governo militar, como o governador Roberto Magalhães, Marco Maciel, Gustavo Krause, e com próprio prefeito Joaquim Francisco. E sua filiação ao PSB, apoiado por Miguel Arraes, será peça chave nesse processo de diferenciação *dos outros*.

⁹ **FEACA**: Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela / **FEMACOHAB**: Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de COHAB e Similares de Pernambuco / **FEMEB**: Federação dos Bairros da Região Metropolitana do Recife / **MDF**: Movimento de Defesa dos Favelados.

¹⁰ Joaquim Francisco foi nomeado prefeito pelo então governador, eleito em 1982 pelo PDS, Roberto Magalhães. É interessante perceber que, nas manchetes e reportagens do jornal **Folha dos Bairros**, eram constantes as produções discursivas que procuram demonstrar o forte repúdio em relação às prefeituras de Krause e Joaquim Francisco, especialmente a deste último, pelo fato do MPB considerar que sua administração retrocedeu consideravelmente no que se refere à participação política das classes populares, não havendo sequer, segundo os jornais, estratégias de atuação ou mesmo de controle junto às associações.

Em busca dessa legitimação, fez-se necessário que existisse uma perfeita identificação entre Jarbas e o movimento popular que estava nas ruas. Dessa forma, os interesses do “governante popular” teriam completa reciprocidade nos anseios dos setores populares. Como nos elucidava Flávio Brayner:

O governante “popular” é alguém que se apresenta ao povo como uma alternativa ao poder tradicional e que se quer empreendedor de uma continuidade histórica iniciada nos anos 50 e violentamente interrompida em 64. Esta retomada de um processo autoritariamente sufocado, se pode observar nos “slogans” utilizados nas campanhas eleitorais: “A ESPERANÇA ESTÁ DE VOLTA” (Arraes, 1986); “É O POVO DE NOVO” (Jarbas, 1985) (BRAYNER, 1994:135).

Jarbas começou, portanto, a significar a volta de Arraes, o retorno de Pelópidas, e de todo o simbolismo político do “projeto popular”, interrompido pelos militares em 64, e a representar uma imagem de reparação de uma injustiça histórica sofrida pelos governantes democráticos, e consequentemente, pelo povo. Procurava, portanto, através de seus comícios, entrevistas e debates, construir a sua diferenciação para com os militares e para com os políticos “*do antes autoritário*”, e formava um casamento com a sociedade civil organizada, antimilitarista e de oposição às práticas, pessoas e instituições ligadas ao passado ditatorial brasileiro. Formava-se assim a Frente Popular: PSB, PCdoB, PTB e dissidentes do PT e do PDT, que possuíam candidatos próprios.

Vê-se tal estratégia discursiva, por exemplo, no grande comício de Casa Amarela, na fala do próprio Jarbas, através da qual é possível perceber a tentativa de construção de uma imagem na qual as classes populares se veriam espelhadas. Jarbas seria o “seu” governante:

Iniciamos exatamente aqui, em Casa Amarela, a arrancada final para a vitória [...] que não será individual, nem apenas da Frente Popular do Recife. Será a vitória do povo do Recife [...] contra a violência e contra aqueles que não têm compromissos com a mudança. [...] O povo já percebeu a grande farsa da chama aliança democrática em nosso Estado. Aqui não existe aliança democrática. Existe é um ajuntamento de interesses de pessoas distantes do povo e dos problemas do Recife, com vistas a manter suas posições privilegiadas¹¹

Além desse processo de tentativa de simbiose entre candidato e classes populares, é possível enxergar também uma construção do outro como sendo alienado aos interesses desse povo, distante dos movimentos populares.

No pronunciamento de Miguel Arraes essa imagem de Jarbas é ratificada:

O que defendemos hoje nesse palanque, defendíamos quando, pela primeira vez, Pelópidas Silveira foi lançado candidato à prefeito do Recife, para mudar em profundidade as coisas, a forma de administrar, para voltar-se para o povo e atender aos reclames da grande massa de necessitados¹²

A democracia aparece no início da década de 80, como um valor disseminado pela sociedade, que a transpassa como um todo, após os 20 anos de repressão e autoritarismo do regime civil-militar. E essa é bandeira de Jarbas no período: administrar a cidade conjuntamente com a população, descentralizando sua gestão, a investindo na extensão da participação social às classes populares, como se verá adiante.

¹¹ Jornal do Commercio, **A arrancada final segundo Vasconcelos**, 5/11/1985. Política local, p 6.

¹² idem

4. De frente para o Estado: “É o povo de novo!”, a ‘gestão democrática’ da cidade e o fetiche da participação popular

A gestão de Jarbas (1986-1988) será marcada por uma mudança de atuação, tanto em relação ao MPB quanto em relação ao Estado.

Jarbas foi eleito com forte apoio dos movimentos populares, e um considerável contingente de quadros do MPB estava entre esses atores. Configura-se, portanto, um novo momento, diferente do anterior. Não mais seria o tempo do Estado autoritário e tão criticado pelo MPB. Agora a relação se daria com um “governante popular”.

O Estado elabora propostas como o programa “*Prefeitura nos Bairros*”, dividindo a cidade em regiões político-administrativas e criando novos espaços e canais diretos para escutar a voz da população, através das AM e suas federações.

A extensão da participação social às classes populares seria possível pela reforma e ampliação da democracia, através da descentralização administrativa. A cidadania participativa aparece como o fetiche na resolução dos problemas das comunidades, ou seja, numa esfera estritamente política, já que agora seus interesses podiam ser reivindicados diretamente ao prefeito em reuniões nos bairros ou na prefeitura.

Segundo José Arlindo Soares, o então Secretário de Ação Social, e um dos elaboradores do programa “*Prefeitura nos Bairros*”, a gestão de Jarbas estaria indo além das experiências do passado através dessas experiências participacionistas (SOARES; SOLER, 1992:17).

O Estado, portanto, atendendo algumas das antigas reivindicações do MPB, mas principalmente exaltando o mítico discurso da participação democrática da população na construção de políticas públicas, se revestiu com uma roupagem de uma administração marcada pela descentralização burocrática, pela horizontalidade das decisões e pela democracia nas elaborações de políticas públicas, com realizações de reuniões, seminários, plenárias nos bairros, onde estava sempre representada a prefeitura, seja com o próprio Jarbas, seja com seus secretários.

Esta política foi experimentada pelo MPB, no período do Estado democrático, como uma aliança, haja vista a reaproximação realizada entre a sociedade civil e o Estado, possibilitada pela abertura desses canais de participação política, outrora inexistentes.

Entretanto, se o MPB atuou na campanha que elegeu Jarbas como prefeito de Recife, tal aliança não deve ser simplesmente traduzida como cooptação. A ideia de pacto entre movimento e Estado requer algumas ressalvas. Pode ser interpretada como positiva por ambos os lados: para o movimento de bairro, pode ser traduzida em novos canais de participação e em conquistas efetivas como a criação das ZEIS¹³; e para a prefeitura, em seus interesses eleitorais.

O MPB, conforme foi mencionado, até pelo difícil processo de (re)conquistas das AM das mãos de grupos políticos ligados ao regime militar, primou pela sua autonomia e independência, notadamente em relação ao Estado e a partidos políticos. Tal característica desse movimento fez com que as suas necessidades fossem elaboradas culturalmente pelos próprios moradores, e as questões de seus interesses fossem as suas prioridades, e, portanto, continuaram em suas ações, reivindicando, cobrando e criticando, inclusive em amplas mobilizações. Não desempenharam papel de meros cabos eleitorais na campanha e na gestão de Jarbas.

O pacto se traduz em uma relação de forças entre prefeitura e MPB, não em submissão aos interesses do Estado. Uma constante negociação de interesses, na maioria das vezes divergentes e conflitantes. Ao ver uma porta se abrir na prefeitura, o MPB desloca sua estratégia política de confrontação direta, na tentativa de ampliar as suas conquistas, todavia, não deixando de enfatizar que continuavam a atuar de maneira independente.

Na paisagem do MPB no Ibura, as AM mais combativas demonstraram que o bairro nunca enxergou a gestão de Jarbas homoganeamente como aliada ou positiva. Através da CLI

¹³ Zonas Especiais de Interesse Sociais, um instrumento de proteção para as comunidades contra a ação da especulação imobiliária e de fomento para urbanização das mesmas.

foram realizadas, por exemplo, passeatas no centro da cidade em direção à prefeitura, que normalmente terminaram em longas e tensas reuniões. Estes encontros entre os moradores do bairro e o prefeito ou seus secretários, traduzem-se em exaltação, cansaço e impaciência dos moradores com as constantes desculpas de escassez de verbas, usadas para justificar a não realização das obras reivindicadas.

Em março de 1987, por exemplo, 200 pessoas, com mais de 31 comunidades do Ibura e do Jordão representadas, se encontraram no pátio da igreja do Carmo no centro do Recife e foram em passeata para a prefeitura, debaixo de chuva, onde após muita confusão, e tentativa de evitar que todos entrassem, conseguiram chegar ao gabinete do prefeito, e foram recebidos por José Arlindo Soares - já que o prefeito se encontrava em viagem - a quem entregaram um documento criticando a administração municipal. O encontro mostrou-se todo o momento tenso, com os moradores exigindo explicações de promessas de obras não realizadas. No documento entregue sobre a avaliação do programa *Prefeitura nos Bairros* constava que:

Não está satisfazendo as necessidades das comunidades, cujos compromissos feitos pelo prefeito Jarbas Vasconcelos em campanha, de implantar uma nova forma de governo, tinha como objetivo descentralizar as decisões e ações do governo municipal [...] Só ficou [o programa] na teoria, e exigimos um posicionamento da prefeitura para que fatos como esses não venham prejudicar nossa organização.¹⁴

Além dessas cobranças e posicionamentos críticos em relação à prefeitura, onde a administração de Jarbas, paulatinamente, passa a ser rodeada pelo descrédito de alguns setores, várias ocupações eclodiram em terrenos no bairro, devido ao problema habitacional, e tornaram-se comum no período de sua gestão. Podem ser citadas as ocupações em terrenos públicos: a “*Maria Sampaio*”, na UR-01, com 18 famílias ocupando um terreno de uma escola municipal, em novembro de 86; a “*Rio Acima*”, na mesma data, com 08 famílias também numa área de escola municipal; “*Barreira da UR-01*”, com 60 famílias ocupando um terreno da COHAB, em dezembro de 86¹⁵. E destaca-se a grande “*Plano Cruzado*”, numa propriedade privada entre as comunidades de Três Carneiro, UR-02 e UR-03, com 1500 famílias, numa área 80 hectares, em novembro de 87. Nomeação que remete às críticas elaboradas pela população aos planos econômicos federais e seus efeitos que, quando não negativos, eram imperceptíveis em seu cotidiano.¹⁶

Tais ações coletivas demonstram ainda a existência de uma distinção entre, de um lado o MPB organizado, e de outro a sua base, os moradores. Como pode ser observado, estes continuaram com as mobilizações por seus interesses, independentemente de possíveis orientações de uma ‘cúpula organizacional’ que se tenha deixado levar por cargos ou por orientações partidárias conciliadoras.

O posicionamento crítico, de cobrança frente à gestão que se automeceu como ‘democratizada’, remete, dessa forma, a situações em comum de sensação de injustiça e a experiências compartilhadas de exploração cotidiana, que não foram resolvidas pela abertura de canais institucionais no Estado. Estas reformas na gestão, num viés estritamente político, ou mesmo administrativo, dificilmente traduziram-se em desdobramentos profundos no cotidiano das pessoas, nas periferias do Recife.

5. A institucionalização: para onde caminhou o MPB de Recife? ou Tornando-se mais realista que o próprio rei

¹⁴ Folha dos Bairros, mar/87, **Ibura e Jordão na Luta pela urbanização**, n. 3, p.8.

¹⁵ Folha dos Bairros, Jan-Fev/87, **Levantamento das ocupações de Janeiro/86 a Fevereiro/87**, n. 2, p.4.

¹⁶ Folha dos Bairros, nov/ 87, **Tá na boca do povo**, n. 11, p10.

A institucionalização burocrática destes movimentos sociais, não pode ser traduzida em completo aparelhamento e imobilismo, como se viu. Entretanto, não se pode deixar de perceber a mudança ocorrida no MPB do Recife como um todo. Por que estes movimentos sociais explodiram tão rapidamente e sumiram da mesma maneira?

Em meado da década de 70, emergem com num viés de contestação e autonomia ao Estado autoritário e militarizado, de independência política a partidos, com reivindicações próprias, e de horizontalidade em suas organizações, respeitando suas bases. É, além disso, um momento de considerável aglutinamento de forças que se traduz, como foi visto, em diversas federações. Na campanha eleitoral de 1985, é possível perceber a força destes movimentos, presentes nos discursos dos candidatos, especialmente no de Jarbas, mas não exclusivamente. Compreendia-se que já não se podia mais governar a cidade sem estes novos sujeitos históricos que despontavam organizados autonomamente nas periferias. Era preciso considerar suas demandas.

Então, por que a mudança drástica e repentina? A democracia ampliada e a institucionalização teriam transformado o movimento em braço do Estado/partido? Seriam responsáveis pelo quase que completo desaparecimento da cena política do MPB? Este foi absorvido pela burocracia estatal, trabalhando na lógica da conciliação, após os programas elaborados na redemocratização, o *Prefeitura nos Bairros*, ou mesmo mais tarde com o *Orçamento Participativo*?

Sem dúvida não são questionamento simples a serem respondidos.

É preciso pensar essa questão em algumas frentes. Primeiro, é possível pensar em níveis estruturais, como a transfiguração do cenário econômico nacional. Ao passar do tempo emerge uma nova conjuntura econômica, diferenciada da forte recessão vivenciada em finais da década de 70 e início da década de 80, com maior índice de emprego e inflação cada vez mais reduzida e controlada. Dessa forma, uma hipótese a ser considerada, é podermos pensar que esta contínua melhora das condições econômicas, traduzida, sobretudo, no nível da empregabilidade mais elevada, fez esses movimentos se deslocarem para outros níveis de atuação, como o campo do trabalho.

O que em seguida remete a um plano mais subjetivo, o das conquistas, ou do consumo. Nesses movimentos os objetivos traçados a serem alcançados são por vezes bastante empíricos e concretos. Como se viu, havia ligações entre as mobilizações locais e as respiradas a nível nacional. Entretanto, principalmente com conquistas relacionadas no nível habitacional, ou seja, o fato de se conseguir uma casa, uma morada, sem dúvida age de maneira a desmobilizar parte desses sujeitos. É importante mencionar também, o crescimento do poder aquisitivo desses grupos ao longo do tempo.

É, pois, um debate que deve ser compreendido num conjunto de possibilidades, com a articulação necessária desses elementos. Entretanto, deve-se considerar que a institucionalização ainda preocupa alguns participantes do movimento, principalmente no que se refere à oferta de cargos dentro do Estado, e à orientação partidária que, se seguida, inexoravelmente leva ao imobilismo.

É sabido que os morros do Recife continuam a decidir as eleições a nível municipal. Os candidatos não abandonaram essas zonas eleitorais extremamente populosas. Mas agora a perspectiva mostra-se diferenciada. Não mais com a orientação de demandas próprias do MPB e com autonomia decisória frente ao Estado, mas num viés de orientação partidária das diretorias das organizações, em tempos de frente popular.

REFERÊNCIAS

BRAYNER, Flávio. **Discurso, Mito, Governo Popular**. Tópicos Educacionais, Recife, v.12, n. ½, p.131-137, 1994.

CEZAR, Maria do Céu. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)**. Cad. Est. Soc., Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul/dez., 1985

ETAPAS. **Movimento de bairro: repetição/invenção**. Recife: ETAPAS, 1988.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita; SPESSART, Stefanie. *Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina*. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5, 1985.

GONH, Maria da Glória **Teoria dos movimentos sociais. : paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco. (1955-1968)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.

MONTANÕ. Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o Governo Arraes. Nacionalismo em crise. 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, José Arlindo; SOLER, Salvador. **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1992.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.